



NOTA PÚBLICA

Entidades da Magistratura e do Ministério Público, subscreventes dessa nota, tendo em vista a gravidade do momento político, vêm a público afirmar o seguinte:

As notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa, revelando condutas incompatíveis de importantes agentes políticos, inclusive do Presidente da República, se confirmadas, comprometem e inviabilizam, definitivamente, do ponto de vista ético e institucional, a manutenção de um governo já amplamente rejeitado pela opinião pública.

O que aponta o vasto noticiário dá conta de um claro movimento destinado a obstruir as ações do Poder Judiciário e do Ministério Público, mais que isso, visando comprar o silêncio de réu da Operação Lava- Jato.

O que se espera das instituições é a imediata apuração dos fatos e responsabilização dos envolvidos, com pronta suspensão de todas as agendas políticas tão sensíveis como são as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que necessariamente demandam tranquilidade pública e normalidade institucional.

Neste momento, as autoridades constituídas devem zelar, sobretudo, pela preservação dos direitos de cidadania e do Estado Democrático de Direito. Para isto, a Magistratura e o Ministério Público seguirão vigilantes.

Brasília, 18 de maio de 2017

Norma Angélica Cavalcanti

**Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
(CONAMP) Coordenadora da Frente Associativa da
Magistratura e do Ministério Público – FRENTAS**



Germano Silveira de Siqueira
**Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
(ANAMATRA)**

Roberto Carvalho Veloso
Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE)

Elísio Teixeira Lima Neto
**Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
(AMPDFT)**

Clauro Roberto de Bortolli
Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)

Angelo Fabiano Farias da Costa
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

Fábio Francisco Esteves
**Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios
(AMAGIS DF)**